

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarçilla - Campinas - São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social: a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

| Empreendimentos da Companhia | Capacidade de energia instalada (MW) | Data | Prazo |
|------------------------------|--------------------------------------|------------|---------|
| Bons Ventos | 50,0 | 07/03/2003 | 30 anos |
| Canoa Quebrada | 57,0 | 10/12/2002 | 30 anos |
| Enacel | 31,5 | 12/11/2002 | 30 anos |
| Taliba Albatroz | 16,5 | 23/12/2002 | 30 anos |
| Icaraizinho | 54,6 | 27/08/2002 | 30 anos |
| Praia Formosa | 105,0 | 04/06/2002 | 30 anos |
| Total | 314,6 | | |

Além dos empreendimentos acima, a Companhia detém: • concessão que se encerrará em 2042, prazo final da outorga da usina hidrelétrica ("UHE") Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogada; • parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios); • 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") com 3,8 MW, sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de registro iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de registro iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado; • Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("Baesa") com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos: **1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs):** As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|--|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|
| Minas Gerais | | | | | |
| SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 12/1999 | 30 anos |
| SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2") | Sociedade limitada | Direta 100% | 29,9 | 11/2015 | 35 anos |
| SPE Cocala Grande Energia Ltda. ("Cocala Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos |
| SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 14,0 | 01/2000 | 30 anos |
| Mata Velha Energética Ltda. ("Mata Velha") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 24,0 | 05/2002 | 30 anos |
| SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 10,0 | 12/1999 | 30 anos |
| SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 20,0 | 08/2002 | 30 anos |
| SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 11,0 | 01/2000 | 30 anos |
| SPE Varginha Energia Ltda. ("Varginha") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 9,0 | 12/1999 | 30 anos |
| SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 7,5 | 12/1999 | 30 anos |
| Mato Grosso e Rio Grande do Sul | | | | | |
| CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 7,0 | (**) | |
| Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 100% | 19,4 | 05/2004 | 30 anos |
| Total | | | 184,81 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriã a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW. **1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica:** A Companhia possui participação direta (100%) em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos: A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|---------|---------|
| Paraná | | | | | |
| Energética Novo Horizonte Ltda. ("Novo Horizonte") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 23,0 | 11/2002 | 30 anos |
| Santa Catarina | | | | | |
| SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 21,0 | 10/2002 | 30 anos |
| SPE Arvoredo Energia Ltda. ("Arvoredo") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 13,0 | 11/2002 | 30 anos |
| Ludesa Energética S.A. ("Ludesa") | Sociedade por ações de capital fechado | Indireta 60% | 30,0 | 12/2002 | 30 anos |
| SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 16,0 | 11/2002 | 30 anos |
| SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes") | Sociedade limitada | Direta 100% | 20,0 | 08/2010 | 30 anos |
| Santa Luzia Energética Ltda. ("Santa Luzia") | Sociedade limitada | Direta 100% | 28,5 | 12/2007 | 35 anos |
| São Paulo | | | | | |
| Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 38,1 | | |
| Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,2 | | |
| Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 39,5 | | |
| Total | | | 268,30 | | |

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão: (*) A Chimay detém as concessões de Buriã, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peikoto, Lencóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos. (**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saitinho, cujos registros tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027. O empreendimento SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lúcia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW. Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.2 Complexos de geração eólica: As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação com capacidade instalada total de 1.075,6 MW:

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|--|--------------------|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|
| Palmares do Sul (RS) | | | | | |
| Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos |
| Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 04/03/2011 | 35 anos |
| Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 22/03/2011 | 35 anos |
| Araçatiz (CE) | | | | | |
| Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Rosa dos Ventos") (*) | Sociedade limitada | Direta 100% | 13,7 | 19/06/2002 | 30 anos |
| Itaramira (CE) | | | | | |
| Pedra Cherosa I Energia Ltda. ("Pedra Cherosa I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 04/08/2014 | 35 anos |
| Pedra Cherosa II Energia Ltda. ("Pedra Cherosa II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 23,1 | 23/07/2014 | 35 anos |
| Outras localidades (CE) | | | | | |
| Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Siif Cinco") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 05/06/2002 | 30 anos |
| Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Paracuru") | Sociedade limitada | Direta 100% | 25,2 | 28/08/2002 | 30 anos |

Touros (RN) SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") por ações de capital fechado 95% 28,4 01/01/2019 35 anos

Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica") 100% 29,4 01/04/2014 30 anos
 Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Ursula") 100% 27,3 31/03/2014 30 anos
 Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho") 100% 14,7 21/03/2014 30 anos

São Miguel do Gostoso (RN) Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas") 100% 29,4 07/03/2014 30 anos
 São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito") 100% 29,4 07/03/2014 30 anos
 Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos") 100% 25,2 10/03/2015 30 anos

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|---|--------------------|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|
| Parazinho (RN) | | | | | |
| Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos V") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 27/03/2013 | 30 anos |
| Eurus IV Energias Renováveis Ltda. ("Eurus IV") | Sociedade limitada | Direta 100% | 8,0 | 25/08/2010 | 35 anos |
| Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 05/08/2010 | 35 anos |
| Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 02/07/2010 | 35 anos |
| Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 30/07/2010 | 35 anos |
| Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 11/10/2010 | 35 anos |
| Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 30/07/2010 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos IX Ltda. ("Morro dos Ventos IX") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 30,0 | 28/07/2010 | 35 anos |
| João Câmara (RN) | | | | | |
| DESA Eurus I Ltda. ("Eurus I") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 30,0 | 20/04/2011 | 35 anos |
| DESA Eurus III Ltda. ("Eurus III") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 30,0 | 25/04/2011 | 35 anos |

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|---------------------------------|------------|---------|
| Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II") | Sociedade limitada | Direta 100% | 30,0 | 18/04/2011 | 35 anos |
| Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 25,2 | 26/03/2013 | 30 anos |
| SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 16,1 | 29/09/2011 | 35 anos |
| SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 29/09/2011 | 35 anos |
| SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95% | 20,7 | 14/10/2011 | 35 anos |
| SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 100% | 20,7 | 14/10/2011 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos I Ltda. ("Morro dos Ventos I") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 28,8 | 28/07/2010 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos II Ltda. ("Morro dos Ventos II") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 29,2 | 14/06/2012 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos III Ltda. ("Morro dos Ventos III") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 28,8 | 05/08/2010 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos IV Ltda. ("Morro dos Ventos IV") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 28,8 | 05/08/2010 | 35 anos |
| DESA Morro dos Ventos VI Ltda. ("Morro dos Ventos VI") | Sociedade limitada | Indireta 100% | 28,8 | 28/07/2010 | 35 anos |
| Total | | | 606,2 | | |

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

| Localidade Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Data | Prazo |
|---|--|-------------------------|------------|---------|
| Touros (RN) | | | | |
| SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 95,1% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") | Sociedade por ações de capital fechado | Direta 90% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |
| SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira") | Sociedade limitada | Direta 100% | 01/01/2019 | 35 anos |

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa: As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Localização (UF) | Capacidade de energia instalada | Data | Prazo |
|---|--------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------------|------------|---------|
| SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada") | Sociedade limitada | Direta 100% | Minas Gerais | 50,0 | 29/10/2012 | 30 anos |
| SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana") | Sociedade limitada | Direta 100% | Paraná | 50,0 | 14/02/2012 | 30 anos |
| CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa") | Sociedade limitada | Direta 100% | Rio Grande do Norte | 40,0 | 15/05/2002 | 30 anos |
| CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 45,0 | 24/09/2009 | 30 anos |
| CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 40,0 | 21/05/1999 | 30 anos |
| CPFL Bio Buriã Ltda. ("Bio Buriã") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 74,3 | 16/12/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 25,0 | 03/05/2010 | 30 anos |
| CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra") | Sociedade limitada | Direta 100% | São Paulo | 70,0 | 28/02/2011 | 35 anos |
| Total | | | | 394,3 | | |

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriã a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW. **1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica:** A Companhia possui participação direta (100%) em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos: A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

| Empreendimento | Tipo de sociedade | Participação societária | Atividade preponderante | Investidas |
|--|--------------------|-------------------------|---------------------------|--|
| Sociedades de participação | | | | |
| PCH Holding Ltda. ("PCH Holding") | Sociedade limitada | Direta 100% | Sociedade de participação | Arvoredo, Barra da Paciência, Cocala Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Auruoca |
| SPE Turbina 16 Energias Ltda. ("Turbina 16") | Sociedade limitada | Direta 100% | Sociedade de participação | Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Ursula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho. |
| Dobrevê Energia Ltda. ("DESA Dobrevê") | Sociedade limitada | Direta 100% | Sociedade de participação | DESA Eólicas (*), Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, WF1 Holding (*), Desa PCH I Energia S.A., Cherobim Energética S.A., Varginha Energética S.A., Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI. |

Outros empreendimentos operacionais
 SPE Turbina 17 Energia Ltda. ("Turbina 17") Sociedade limitada 100% Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos (**)

Outros empreendimentos sem atividade produtiva
 SPE Auruoca Energia Ltda. ("Auruoca") Sociedade limitada 100% Geração de energia elétrica (***)
 SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande") Sociedade limitada 100% Geração de energia elétrica (**)
 Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética") Sociedade por ações de capital fechado 100% Geração de energia elétrica
 Varginha Energética S.A. ("Varginha Energética") Sociedade por ações de capital fechado 100% Geração de energia elétrica
 SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes") Sociedade por ações de capital fechado 95% Comercialização de energia elétrica (**)

(*) As empresas DESA Eólicas S.A. ("DESA Eólicas") e WF 1 Holding S.A. ("WF 1 Holding") foram incorporadas na empresa Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê"). (**) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 11.1). (***) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 11.1). **Sazonalidade:** A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características: • Parques eólicos: A menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada; • Usinas de Biomassa: A safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior; • PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disso, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem usinas fora do MRE. **1.6 Reestruturações Societárias: 1.6.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.:** Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019. A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas ("UHEs"), anteriormente pertencentes à CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe - Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente à CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS") e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios). O acervo líquido contábil apurado na data-base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

| Ativo Circulante | Passivo Circulante | Acervo Líquido |
|--|--------------------|----------------|
| Consumidores, Concessionárias e Permissonárias | 49.999 | 340.960 |
| Derivativos | 77.728 | 191.697 |
| Outros Tributos a compensar | 22.897 | |
| Outros Créditos | 8.532 | |
| Não Circulante | 1.125. | |

| <p>→ continuação</p> | |
|--|--|
| <p>CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50</p> <p>Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</p> | |
| <p>Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)</p> | <p>Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.</p> |
| <p>Ativos financeiros a custo amortizado</p> | <p>Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i>. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.</p> |
| <p>Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</p> | <p>Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.</p> |
| <p>Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</p> | <p>Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos e juros reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente o custo de uma recuperação de custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.</p> |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se a alteração não for decorrente de uma mudança. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito assumido ao valor principal em aberto durante a vida do instrumento. Os juros são o custo do longo prazo e nunca são liquidados (por exemplo, o risco de liquidez ou custos administrativos), assim como o custo de um empréstimo. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: o eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; o termos que possuem ajuste a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas (por exemplo, o risco à vista ou por outro instrumento financeiro) e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilidade, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão. - **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuída à alteração no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente no momento em que o Grupo reconhece os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento de empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 15. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31 - Capital social. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio. **3.4 Imobilizados:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução de valor. O custo inclui outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e posterior locação e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1,92% a 15,07%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEL. A ANEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999 alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens vinculados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 11 e 28. **3.6 Provisões para custos socioambientais:** Considerando que: (a) a empresa atua em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as obrigações socioambientais, bem como a obrigação de cumprir as obrigações legais constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 8,43% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. **3.7 Provisões para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reconhecimento e reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo. A Companhia reconhece provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e permissivas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 8,55% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. **3.8 Intangível: Repactuação do risco hidrológico ("Generation Scaling Factor" - GSF):** Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos suportados pelo GSF. A Lei nº 14.052 altera o texto da Resolução nº 116/2015 dos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da operação, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL. Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos não hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos não hidrológicos relacionados ao MRE; (iii) não realizar o recurso hidrológico. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo

período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga. Essa compensação aos geradores hidrelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 13. **3.9 Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contrato a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda o conceito de expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("*EAD*" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mas provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.11 Benefícios a empregados:** Com a reestruturação societária citada na nota 1.6, a Companhia passou a possuir benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados no Estatuto Definido. A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando-se a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro reservada para distribuição aos acionistas. A distribuição de lucros é feita em fevereiro de cada ano, com o ajuste nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado e os correspondentes dividendos são provisionados, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme refer a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e realocações tarifárias, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à

continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|--------------|----------|------------|----------|-------------|----------|------------|----------|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis | | | | | | | | |
| Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas | 149 | 415 | 159 | 442 | 149 | 415 | 159 | 442 |
| Provisão relacionada a pessoal | 502 | 1.395 | 502 | 1.395 | 502 | 1.395 | 502 | 1.395 |
| Derivativos - regime de caixa | (2.184) | (6.066) | (5.383) | (14.953) | (2.184) | (6.066) | (5.383) | (14.953) |
| Marcação a mercado - Derivativo | 122 | 340 | (181) | (503) | 122 | 340 | (181) | (503) |
| Marcação a mercado - Dívidas | (203) | (564) | (66) | (185) | (203) | (564) | (66) | (185) |
| Depreciação acelerada incentivada | (19.884) | (55.232) | (22.966) | (63.795) | (19.884) | (55.232) | (22.966) | (63.795) |
| Outras diferenças temporárias | 968 | 2.689 | 968 | 2.689 | 968 | 2.689 | 968 | 2.689 |

Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|--------------|-----------|------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Perdas atuariais | 162 | 450 | 162 | 450 | 162 | 450 | 162 | 450 |
| Marcação a mercado - Derivativos | - | - | 21 | 60 | - | - | 21 | 60 |
| Marcação a mercado - Dívidas | - | - | (62) | (171) | - | - | (62) | (171) |
| Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído | (39.157) | (108.769) | (40.438) | (112.327) | (39.157) | (108.769) | (40.438) | (112.327) |

Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - combinação de negócios:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Impostos diferidos - ativo: | | | | | | | | |
| Valor justo de ativo imobilizado (menos-valor de ativos) | 12.397 | 34.435 | 13.583 | 37.731 | 15.779 | 43.829 | 16.965 | 47.125 |
| Impostos diferidos - passivo: | | | | | | | | |
| Mais-valor decorrente da aquisição de custo atribuído | (11.741) | (32.615) | (13.652) | (37.922) | (16.375) | (45.487) | (18.323) | (50.897) |
| Intangível - direito de exploração/autorização | (51.279) | (143.691) | (58.142) | (161.505) | (89.269) | (249.389) | (105.445) | (294.116) |
| Total | (110.597) | (307.214) | (125.493) | (348.592) | (692.419) | (274.086) | (759.784) | (1.044.111) |

9.4 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | | 2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | | | | | |
| Resultado de participações societárias | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 |
| Base de cálculo | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 |
| Ajuste de créditos fiscais | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 |
| Total | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 |
| Corrente | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 |

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | | 2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | | | | | |
| Resultado de participações societárias | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 |
| Base de cálculo | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 |
| Ajuste de créditos fiscais | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 |
| Total | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 |
| Corrente | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 |

Lucro antes dos tributos

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | | 2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | | | | | |
| Resultado de participações societárias | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 |
| Base de cálculo | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 |
| Ajuste de créditos fiscais | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 |
| Total | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 |
| Corrente | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 |

Lucro antes dos tributos

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | | 2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes dos tributos | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 | 1.440.798 | 1.440.798 | 498.742 | 498.742 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | | | | | |
| Resultado de participações societárias | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) | (702.915) | (702.915) | (629.640) | (629.640) |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 | 55.531 | 54.959 | 102.998 | 104.138 |
| Base de cálculo | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) | 793.414 | 792.842 | (28.000) | (26.760) |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Crédito (Débito) fiscal apurado | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 | (71.407) | (198.211) | 2.519 | 6.661 |
| Ajuste de créditos fiscais | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 | 77.274 | (214.742) | 75.354 | 209.190 |
| Total | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 | 5.867 | 16.533 | 77.873 | 215.881 |
| Corrente | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) | (57.382) | (157.814) | (1.780) | (5.240) |
| Diferido | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 | 63.249 | 174.346 | 79.653 | 221.121 |

Ajustes de créditos fiscais - refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 273.383 (R\$ 333.955 em 2020), refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 185.409 (R\$ 267.652 em 2020); (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 410 (R\$ 242 em 2020); e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 88.384 (R\$ 66.545 em 2020). 9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | | 2020 | |
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Perdas/(ganhos) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Base de cálculo | (3.187) | (3.187) | 18.732 | 18.732 | (3.187) | (3.187) | 18.732 | 18.732 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Tributos apurados | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Alíquota aplicável | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | - | - | 1.069 | 2.967 | - | - | 1.069 | 2.967 |
| Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros | 445 | 445 | (445) | (445) | 445 | 445 | (445) | (445) |
| Custo atribuído de ativo imobilizado | 27.064 | 27.064 | 14.363 | 14.363 | 27.064 | 27.064 | 14.363 | 14.363 |
| Subtotal | 27.509 | 27.509 | 13.918 | 13.918 | 27.509 | 27.509 | 13.918 | 13.918 |
| Alíquota aplicável | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Tributos apurados | (2.476) | (6.877) | (1.253) | (3.479) | (2.476) | (6.877) | (1.253) | (3.479) |
| Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes | (2.476) | (6.877) | (1.84) | (512) | (2.476) | (6.877) | (1.84) | (512) |

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos: Em 31 de dezembro de 2021, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 222.935 (R\$ 507.560 em 31 de dezembro de 2020), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Algumas controladas também possuem créditos de imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2021, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 69.082 (R\$68.383 em 31 de dezembro de 2020). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

10. OUTROS ATIVOS:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|--------------|------------|----------------|------------|-------------|------------|----------------|------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Créditos a receber | 1.003 | - | 21.640 | 22.008 | 4.149 | - | 33.850 | 32.301 |
| Créditos a receber - rateios | 33.829 | 53.920 | - | - | 554 | - | - | - |
| Adiantamentos - plano de pensão | 547 | 282 | 134 | 134 | 547 | 282 | 134 | 134 |
| Adiantamentos - fornecedores | 390 | 200 | - | - | 10.805 | 90.166 | - | - |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados | - | - | 10.018 | 8.582 | - | - | 17.425 | 13.130 |

CPFL Energia Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2021 | | | | | | Consolidado | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|----------|-------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------|---|----------|---------------------|--|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outros | Adquirido em combinações de negócio | UBP/Intangível de concessão | Outros ativos intangíveis | Total | Encargos, atualização monetária e Atualização cambial | Encargos | Saldo em 31/12/2020 | |
| Receita operacional líquida | 18.996 | 15.413 | 20.079 | 19.772 | 58.266 | 38.650 | | | | | | | | |
| Custo e despesa operacional | (5.999) | (3.838) | (5.699) | (4.793) | (189) | (13.633) | | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (3.970) | (2.683) | (3.417) | (3.553) | (8.121) | (3.854) | | | | | | | | |
| Receita de juros | 1.144 | 586 | 902 | 1.009 | 227 | 2.270 | | | | | | | | |
| Despesa de juros | (247) | (209) | (245) | (242) | (39) | (11.952) | | | | | | | | |
| Despesa de imposto sobre a renda | (1.108) | (699) | (961) | (987) | (1.928) | (1.981) | | | | | | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido | 8.911 | 8.646 | 10.730 | 11.296 | 48.238 | 13.122 | | | | | | | | |

| | 31/12/2020 | | | | | | Consolidado | | | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|--------------|---------|---------|-------------|---------|--------|-------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------|---|----------|---------------------|--|
| | Costa Branca | Juremas | Macacos | Pedra Preta | Ludesa | Outros | Adquirido em combinações de negócio | UBP/Intangível de concessão | Outros ativos intangíveis | Total | Encargos, atualização monetária e Atualização cambial | Encargos | Saldo em 31/12/2020 | |
| Receita operacional líquida | 16.144 | 10.941 | 15.169 | 17.037 | 48.025 | - | | | | | | | | |
| Custo e despesa operacional | (3.689) | (2.202) | (4.408) | (3.623) | (1.100) | (243) | | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (3.849) | (2.636) | (3.350) | (3.423) | (5.670) | - | | | | | | | | |
| Receita de juros | 2.570 | 1.165 | 1.817 | 2.412 | 73 | 223 | | | | | | | | |
| Despesa de juros | (4.684) | (2.631) | (3.635) | (3.649) | (9) | (68) | | | | | | | | |
| Despesa de imposto sobre a renda | (1.378) | (724) | (1.081) | (1.347) | (1.561) | (19) | | | | | | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido | 5.141 | 3.914 | 4.512 | 7.420 | 39.809 | (65) | | | | | | | | |

11.4.3 Empreendimento controlado em conjunto: As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são como segue:

| | Baesa | | Consolidado | | Taxa de amortização anual | |
|----------------------------------|------------|------------|-------------|------------|---------------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo circulante | 128.677 | 88.780 | 1.127.147 | 1.062.369 | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa | 52.595 | 15.338 | 104.109 | 74.542 | - | - |
| Ativo não circulante | 78.221 | 74.542 | 1.022.938 | 987.827 | - | - |
| Passivo circulante | 529.052 | 396.099 | 1.022.938 | 987.827 | - | - |
| Outros passivos financeiros | 435.853 | 680.508 | 1.022.938 | 987.827 | - | - |
| Passivo não circulante | 622.664 | 2020 | - | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | 458.130 | 296.678 | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido | (251.130) | 61.621 | - | - | - | - |
| Receita operacional líquida | (51.114) | (51.701) | - | - | - | - |
| Custo e despesa operacional | 2.371 | 1.248 | - | - | - | - |
| Depreciação e amortização | (102.569) | (85.357) | - | - | - | - |
| Receita de juros | (16.525) | (75.762) | - | - | - | - |
| Despesa de juros | 38.877 | 146.900 | - | - | - | - |
| Despesa de imposto sobre a renda | - | - | - | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) líquido | - | - | - | - | - | - |

11.4.4 Empreendimento controlado em conjunto: A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028. **11.5 Integração da CPFL Renováveis:** Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

| | Controladora | | | | | | | | | |
|--|--------------|-------------------------------------|---|-------------------------|----------|---------------------|----------|-------------|--|--|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total | | |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.147 | - | 97.920 | 583.617 | 591 | 1.444 | 84.985 | 772.704 | | |
| Custo histórico | 4.193 | - | 159.771 | 1.244.092 | 837 | 2.269 | 84.988 | 1.496.151 | | |
| Depreciação acumulada | (46) | - | (61.852) | (660.474) | (246) | (825) | - | (723.443) | | |
| Adições | - | - | - | - | - | 77.855 | - | 77.855 | | |
| Baixas | (189,00) | (1.344,00) | (13.954,00) | (25.516) | (114) | (20) | - | (41.137) | | |
| Transferências | - | - | 12.405 | 5.972 | 220 | - | - | (18.597) | | |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.971 | 3.971 | | |
| Depreciação | (5,00) | (3.116,00) | (11.610) | (76.664) | (147) | (162) | - | (91.703) | | |
| Baixa da depreciação | - | 929,00 | 685 | 16.550 | 18 | 12 | - | 18.194 | | |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940,00 | 467.527,00 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.327 | 2.287.646 | | |
| Reestruturação Societária - depreciação | (245.288,00) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | - | (1.349.782) | | |
| Saldo em 31/12/2020 | 18.894 | 218.708 | 255.283 | 1.028.564 | 954 | 1.805 | 153.544 | 1.677.714 | | |
| Custo histórico | 18.945 | 466.183 | 547.521 | 2.630.280 | 2.650 | 5.360 | 153.544 | 3.824.484 | | |
| Depreciação acumulada | (51) | (247.476) | (292.238) | (1.601.716) | (1.696) | (3.556) | - | (2.146.733) | | |
| Adições | - | - | - | - | - | 92.792 | - | 92.792 | | |
| Baixas | - | - | (15.973) | (13.564) | (606) | - | - | (30.143) | | |
| Transferências | - | 10 | - | 73.848 | - | - | - | (73.858) | | |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 1.877 | 1.877 | | |
| Depreciação | (3) | (12.449) | (16.521) | (107.084) | (232) | (223) | - | (136.513) | | |
| Baixa da depreciação | - | 1 | 3.454 | 8.177 | 575 | - | - | 12.207 | | |
| Saldo em 31/12/2021 | 18.891 | 206.270 | 226.242 | 989.941 | 690 | 1.592 | 174.356 | 1.617.972 | | |
| Custo histórico | 18.945 | 466.193 | 531.549 | 2.690.564 | 2.044 | 5.360 | 174.356 | 3.889.010 | | |
| Depreciação acumulada | (54) | (259.923) | (305.306) | (1.700.623) | (1.354) | (3.778) | - | (2.271.038) | | |
| Taxa média de depreciação 2021 | 2,73% | 3,96% | 5,11% | 5,77% | 13,82% | 7,60% | - | - | | |
| Taxa média de depreciação 2020 | 4,52% | 2,84% | 4,83% | 13,67% | 14,29% | 6,27% | - | - | | |

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. **13.2 UBPIntangível de concessão: Generation Scaling Factor ("GSF")** Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa ("REN") nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e a qual deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência de mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico. Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada usina. Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, ratificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do contrato de contratação regulada ("ACR") para os anos de 2012 a 2014. Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União ("TCU") apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de usinas integrantes do MRE que aderiram ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação. Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação à Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de usina. Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 125.524 ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica, provenientes das controladas da CPFL Renováveis e (ii) R\$ 44.828 no investimento consolidado em contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual as subsidiárias do Grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%. Outras informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgadas nas notas explicativas 3.8 e 14.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **13.3 Teste de redução ao valor recuperável:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

| | Controladora | | | | | | | | | |
|--|--------------|-------------------------------------|---|-------------------------|----------|---------------------|----------|-------------|--|--|
| | Terrenos | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Em curso | Total | | |
| Saldo em 31/12/2019 | 136.345 | 809.279 | 557.240 | 5.417.528 | 632 | 3.043 | 248.017 | 7.172.083 | | |
| Custo histórico | 182.688 | 1.294.527 | 845.706 | 7.991.891 | 1.090 | 6.543 | 248.017 | 10.570.462 | | |
| Depreciação acumulada | (46.343) | (485.249) | (288.466) | (2.574.363) | (458) | (3.500) | - | (3.398.380) | | |
| Adições | - | - | - | - | - | 262.804 | - | 262.804 | | |
| Baixas | (1.041) | (3.686) | (33.173) | (46.780) | (114) | (40) | - | (84.334) | | |
| Transferências | 852 | 2.135 | 69.395 | 27.445 | 264 | - | - | (100.092) | | |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 3.930 | 3.930 | | |
| Depreciação | (2.142) | (26.991) | (33.058) | (373.085) | (167) | (416) | - | (435.859) | | |
| Baixa da depreciação | 40 | 1.814 | 691 | 29.974 | 18 | 24 | - | 32.560 | | |
| Reestruturação Societária - custo | 14.940 | 467.527 | 389.302 | 1.405.732 | 1.927 | 2.891 | 5.155 | 2.287.474 | | |
| Reestruturação Societária - depreciação | (245.288) | (219.465) | (881.129) | (1.320) | (2.580) | - | - | (1.349.782) | | |
| Saldo em 31/12/2020 | 148.994 | 1.004.789 | 730.932 | 5.579.683 | 975 | 3.185 | 419.814 | 7.888.374 | | |
| Custo histórico | 197.440 | 1.778.757 | 1.263.287 | 9.501.883 | 3.084 | 9.191 | 419.814 | 13.971.056 | | |
| Depreciação acumulada | (48.445) | (773.968) | (552.355) | (3.922.200) | (2.109) | (6.006) | - | (5.305.682) | | |
| Adições | - | - | - | - | - | 452.058 | - | 452.058 | | |
| Baixas | - | - | (83.971) | (54.149) | (606) | - | - | (138.726) | | |
| Transferências | 2.170 | 631 | 53.718 | 425.129 | 73 | - | - | (481.720) | | |
| Transferências de/para outros ativos - custo | - | - | - | - | - | - | 1.877 | 1.877 | | |
| Depreciação | (3.430) | (37.406) | (39.072) | (413.404) | (238) | (449) | - | (494.000) | | |
| Baixa da depreciação | - | 1 | 6.381 | 16.199 | 575 | - | - | 23.156 | | |
| Saldo em 31/12/2021 | 147.725 | 968.015 | 667.987 | 5.553.458 | 705 | 2.809 | 392.029 | 7.732.738 | | |
| Custo histórico | 199.610 | 1.779.388 | 1.253.034 | 9.872.863 | 2.477 | 9.864 | 392.029 | 13.509.264 | | |
| Depreciação acumulada | (51.875) | (811.372) | (585.046) | (4.319.405) | (1.772) | (7.055) | - | (5.776.526) | | |
| Taxa média de depreciação 2021 | 1,92% | 2,38% | 3,75% | 4,73% | 13,92% | 6,74% | - | - | | |
| Taxa média de depreciação 2020 | 5,67% | 5,80% | 4,72% | 5,88% | 14,40% | 6,44% | - | - | | |

Saldo de imobilizado em curso na controladora de R\$ 174.356 (R\$ 153.544 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente ao Plano de Recuperação e Disponibilidade (PRD) Suzion e consumo de materiais e equipamentos em projetos em andamento, e no consolidado de R\$ 392.029 (R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente às obras de manutenção e construção da PCH Cheribon. Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização". Em 31 de dezembro de 2021, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 15 e 16, é de aproximadamente R\$ 679.350 (R\$ 818.561 em 31 de dezembro de 2020). **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------|---|----------|---------------------|--|--|--|
| | Adquirido em combinações de negócio | UBP/Intangível de concessão | Outros ativos intangíveis | Total | Encargos, atualização monetária e Atualização cambial | Encargos | Saldo em 31/12/2020 | | | |
| Saldo em 31/12/2019 | 25.621 | - | 42.987 | 2.486.385 | - | - | 2.511.993 | | | |
| Custo histórico | 837.588 | - | 68.878 | 3.706.540 | - | - | 4.612.991 | | | |
| Amortização acumulada | (79.148) | - | (12.839) | (91.987) | - | - | (92.026) | | | |
| Adições | - | - | 8.113 | 8.113 | - | - | 8.113 | | | |
| Amortização | (64.430) | - | (4.451) | (68.881) | - | - | (73.764) | | | |
| Baixa e transferência - outros ativos | (2.493) | - | (3.971) | (6.464) | - | - | (9.009) | | | |
| Reestruturação Societária | 75.581 | - | 3 | 75.584 | - | - | 75.584 | | | |
| Saldo em 31/12/2020 | 846.245 | - | 25.314 | 871.559 | - | - | 942.397 | | | |
| Custo histórico | 1.766.660 | - | 42 | | | | | | | |

continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Modalidade | Consolidado | | | |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2019 | Amortização principal | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos Saldo em 31/12/2020 |
| Pós-fixado | | | | |
| TULP | 438.991 | (448.249) | 12.001 | (2.744) |
| CDI | 996.644 | (153.000) | 28.671 | (32.199) |
| IPCA | 290.639 | — | 27.622 | (15.333) |
| Total ao custo | 1.716.334 | (601.249) | 68.294 | (50.276) |
| Gastos com captação (*) | (13.082) | — | 9.596 | (3.486) |
| Total | 1.703.252 | (601.249) | 77.890 | (50.276) |
| Circulante | 1.129.619 | — | — | 1.129.619 |
| Não circulante | 1.491.001 | — | 77.890 | (1.212.326) |

| Modalidade | Consolidado | | | |
|--------------------------------|---------------------|---------------------------------|----------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2020 | Encargos, atualização monetária | Encargos pagos | Saldo em 31/12/2021 |
| Pós-fixado | | | | |
| CDI | 840.117 | — | 38.425 | (31.174) |
| IPCA | 292.988 | — | 46.652 | (16.186) |
| Total ao custo | 1.133.105 | — | 85.077 | (47.360) |
| Gastos com captação (*) | (3.486) | — | 1.171 | (2.315) |
| Total | 1.129.619 | — | 86.248 | (47.360) |
| Circulante | 8.294 | — | — | 810.993 |
| Não Circulante | 1.121.326 | — | 86.248 | (357.514) |

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas. Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade | Encargos financeiros anuais | | | Garantias |
|--|-----------------------------|------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Vencimento | |
| Mensurado ao custo - Pós-fixado | | | | |
| CDI | De 104,75% a 110% do CDI | (a) | 847.368 | 840.117 |
| IPCA | IPCA + 5,62% | (b) | 323.455 | 292.988 |
| Custos de captação (*) | | | 1.170.822 | 1.133.105 |
| Total | | | (2.315) | (3.486) |
| Total | | | 1.168.507 | 1.129.619 |

Nota explicativa: De 104,75% a 110,77% do CDI, (b) IPCA + 4,84% a 6,31% (*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas. Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| ANO de vencimento | Controladora | Consolidado |
|-------------------|----------------|----------------|
| 2023 | 357.514 | 357.514 |
| Total | 357.514 | 357.514 |

Condições restritivas
 As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 + EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

17. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA: A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características são: **17.1 Características:** Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características: (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldação que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldação ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia. (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os beneficiários de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **CPFL Renováveis (CPFL Energia até 30/09/2020):** Conforme descrito na nota 11.5, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Energia de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Energia passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 173.628 | 173.628 |
| Valor justo dos ativos do plano | (125.975) | (125.975) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 47.653 | 47.653 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling) | — | — |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 47.653 | 47.653 |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | 175.300 | 175.300 |
| Valor justo dos ativos do plano | (122.879) | (122.879) |
| Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos | 52.421 | 52.421 |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling) | — | — |
| Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço | 52.421 | 52.421 |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019 | 152.254 | 152.254 |
| Custo do serviço corrente bruto | 108 | 108 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 11.274 | 11.274 |
| Contribuições de participantes verdadeiras no ano | — | — |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 22.053 | 22.053 |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | (10.371) | (10.371) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020 | 175.300 | 175.300 |
| Custo do serviço corrente bruto | 149 | 149 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 13.019 | 13.019 |
| Contribuições de participantes verdadeiras no ano | — | — |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (45) | (45) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | (2.308) | (2.308) |
| Benefícios pagos no ano | (12.487) | (12.487) |
| Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021 | 173.628 | 173.628 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019 | (105.914) | (105.914) |
| Rendimento esperado no ano | (8.400) | (8.400) |
| Contribuições de participantes verdadeiras no ano | — | — |
| Contribuições de patrocinadoras | (3.037) | (3.037) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.899) | (15.899) |
| Benefícios pagos no ano | 10.371 | 10.371 |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020 | (122.880) | (122.880) |
| Rendimento esperado no ano | (9.141) | (9.141) |
| Contribuições de participantes verdadeiras no ano | — | — |
| Contribuições de patrocinadoras | (5.607) | (5.607) |
| Benefícios pagos no ano | (834) | (834) |
| Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021 | (125.975) | (125.975) |

17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Passivo atuarial líquido em 30/09/2020 | 33.638 | 33.638 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 704 | 704 |
| Contribuições da patrocinadora verdadeiras do exercício | (1.300) | (1.300) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (18) | (18) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | 34.578 | 34.578 |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (15.151) | (15.151) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2020 | 52.421 | 52.421 |
| Outras contribuições | 26 | 26 |
| Total passivo | 52.447 | 52.447 |
| Circulante | 3.149 | 3.149 |
| Não circulante | 49.298 | 49.298 |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2021 | 52.421 | 52.421 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 4.027 | 4.027 |
| Contribuições da patrocinadora verdadeiras do exercício | (5.607) | (5.607) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | (45) | (45) |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras | (2.308) | (2.308) |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (834) | (834) |
| Passivo atuarial líquido em 31/12/2021 | 47.654 | 47.654 |
| Outras contribuições | 28 | 28 |
| Total passivo | 47.682 | 47.682 |
| Circulante | 7.786 | 7.786 |
| Não Circulante | 39.896 | 39.896 |

17.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 7.700. Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentadas a seguir:

| ANO de pagamento | 2022 estimadas |
|------------------|----------------|
| 2022 | 15.294 |
| 2023 | 15.574 |
| 2024 | 15.864 |
| 2025 | 16.126 |
| 2026 a 2031 | 100.774 |
| Total | 163.632 |

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 6,8 anos.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2021 são como segue:

| | 2022 estimadas | 2021 realizadas |
|---|----------------|-----------------|
| Custo do serviço | 34 | 34 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 15.637 | 15.637 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (11.515) | (11.515) |
| Total da despesa (receita) | 4.156 | 4.156 |
| Custo do serviço | 149 | 149 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 13.019 | 13.019 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (9.141) | (9.141) |
| Total da despesa (receita) | 4.027 | 4.027 |
| Custo do serviço | 108 | 108 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 11.274 | 11.274 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (8.400) | (8.400) |
| Total da despesa (receita) | 2.982 | 2.982 |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: | 9,41% a.a. | 7,72% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada | — | — |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários: | 9,41% a.a. | 7,72% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: | 6,40% a.a. | 5,31% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo | 4,00% a.a. | 3,75% a.a. |

(base para taxas nominais acima):

| | 4,00% a.a. | 3,75% a.a. |
|---|-------------------|-------------------|
| Tábua biométrica de mortalidade geral: | AT-2000 (-10) | AT-2000 (-10) |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez: | Light fraça (-30) | Light fraça (-30) |
| Taxa de rotatividade esperada: | ExpR_2012 | ExpR_2012 |

Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Probabilidade de ingresso na aposentadoria: 30 anos para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------|---------------|
| Renda fixa | 69% | 77% |
| Títulos públicos federais | 38% | 65% |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1% | 1% |
| Títulos privados (instituições não financeiras) | 1% | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 1% | 2% |
| Outros investimentos de renda fixa | 28% | 8% |
| Renda variável | 26% | 18% |
| Ações da CPFL Energia | 0% | 0% |
| Fundos de investimento em ações | 26% | 18% |
| Investimentos estruturados | 1% | 1% |
| Fundos de participação | 0% | 0% |
| Fundos imobiliários | 0% | 0% |
| Fundos de investimento multimercado | 1% | 1% |
| Cotados em mercado ativo | 96% | 96% |
| Imóveis | 1% | 1% |
| Operações com participantes | 1% | 1% |
| Outros ativos | 2% | 1% |
| Depósitos judiciais e outros | 2% | 1% |
| Não cotados em mercado ativo | 4% | 4% |
| Não há propriedades cupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos. | | |
| Meta para 2022 | 45,0% | 100,0% |
| Renda fixa | 45,0% | 100,0% |
| Renda variável | 32,6% | — |
| Imóveis | 2,4% | — |
| Empréstimos e financiamentos | 1,4% | — |
| Investimentos estruturados | 10,0% | — |
| Investimentos no exterior | 5,6% | — |

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência, com isso atingindo os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações em nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua duração) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, postos que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício via a-vista os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. **17.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano.

| | Percentual (redução) | CPFL Renováveis |
|--------------------------------------|----------------------|-----------------|
| Taxa de desconto nominal* | -0,25 p.p. | 3.879 |
| | +0,25 p.p. | (3.727) |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano | (4.143) |
| | -1 ano | 4.099 |

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a. ** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **17.8 Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento

| CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|--|-------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|--------------------------------------|--------------|--------------------------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|---|--|--|------------------------|---|-------------|-----------|-------------|--|------------------|-----------------|----------|----------|----------------|----------------------------|---------------------------------|------------|------------|------------|-------------------------------|---|---------|--------------------------|---------|----------------------|--------|--------|---------|---------|--------------|---|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|-------|--------|-------|---------------------|---------|-------|---------|-------|--------------------------------|---|-------|--------|--------|--|---------|---------|---------|-----------|--|-------|-------|-------|-----------------------------------|------------------------------------|--------|---------|---------|---------|-----------------------------------|---|-----------|---|--------|--------------|---|----------------------|---|--------|------------------------------|---|---------|---|---------|----------------------------|---|---------|---|---------|---------------------|----|--------|---|--------|---|---|---|-------|---|---|---|---|--------------------------------|--|-------|---|---|---|---|---|-------|---|---|---|---|-----------|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|--|--|
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>identificou em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas. Fatores macroeconômicos: Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíassem</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>correlação direta ao nível de inadimplência. e) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Nota</th> <th colspan="6">Consolidado</th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Explicativa</th> <th>Menos de 1 mês</th> <th>1-3 meses</th> <th>3 meses a 1 ano</th> <th>1-3 anos</th> <th>4-5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> <th>Total</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>31/12/2021</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>15</td> <td>177.688</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>29.461</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>207.149</td> <td>-</td> <td>126.554</td> <td>-</td> <td>126.513</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos - principal e encargos</td> <td>16</td> <td>39.576</td> <td>23.499</td> <td>114.352</td> <td>434.605</td> <td>282.283</td> <td>522.642</td> <td>1.416.957</td> <td>-</td> <td>3.021</td> <td>-</td> <td>3.021</td> </tr> <tr> <td>Debêntures - principal e encargos</td> <td>17</td> <td>17.710</td> <td>76.523</td> <td>816.204</td> <td>358.667</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.269.103</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Taxas regulamentares</td> <td></td> <td>22.802</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>22.802</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>20</td> <td>1.899</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.899</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Consumidores e concessionárias</td> <td></td> <td>1.892</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.892</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>EPE/FNDCT</td> <td></td> <td>6</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>259.675</td> <td>100.022</td> <td>930.556</td> <td>822.733</td> <td>282.283</td> <td>522.642</td> <td>2.917.910</td> <td>1.917.401</td> <td>1.887.829</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | Nota | | Consolidado | | | | | | Controladora | | Consolidado | | Explicativa | Menos de 1 mês | 1-3 meses | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | | | | | | | | | | | | | Fornecedores | 15 | 177.688 | - | - | 29.461 | - | - | 207.149 | - | 126.554 | - | 126.513 | Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | 39.576 | 23.499 | 114.352 | 434.605 | 282.283 | 522.642 | 1.416.957 | - | 3.021 | - | 3.021 | Debêntures - principal e encargos | 17 | 17.710 | 76.523 | 816.204 | 358.667 | - | - | 1.269.103 | - | - | - | - | Taxas regulamentares | | 22.802 | - | - | - | - | - | 22.802 | - | - | - | - | Outros | 20 | 1.899 | - | - | - | - | - | 1.899 | - | - | - | - | Consumidores e concessionárias | | 1.892 | - | - | - | - | - | 1.892 | - | - | - | - | EPE/FNDCT | | 6 | - | - | - | - | - | 6 | - | - | - | - | Total | | 259.675 | 100.022 | 930.556 | 822.733 | 282.283 | 522.642 | 2.917.910 | 1.917.401 | 1.887.829 | | |
| | Nota | | Consolidado | | | | | | Controladora | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Explicativa | Menos de 1 mês | 1-3 meses | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31/12/2021 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 177.688 | - | - | 29.461 | - | - | 207.149 | - | 126.554 | - | 126.513 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 16 | 39.576 | 23.499 | 114.352 | 434.605 | 282.283 | 522.642 | 1.416.957 | - | 3.021 | - | 3.021 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Debêntures - principal e encargos | 17 | 17.710 | 76.523 | 816.204 | 358.667 | - | - | 1.269.103 | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxas regulamentares | | 22.802 | - | - | - | - | - | 22.802 | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | 20 | 1.899 | - | - | - | - | - | 1.899 | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Consumidores e concessionárias | | 1.892 | - | - | - | - | - | 1.892 | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EPE/FNDCT | | 6 | - | - | - | - | - | 6 | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | 259.675 | 100.022 | 930.556 | 822.733 | 282.283 | 522.642 | 2.917.910 | 1.917.401 | 1.887.829 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.2. Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários: O Grupo limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um <i>rating</i> de pelo menos AA-. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos <i>ratings</i> de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. Derivativos: O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (<i>hedge</i> econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por <i>swaps</i> de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um <i>rating</i> de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de <i>rating</i> de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 títulos que tivessem uma mudança relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.7.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Transações oriundas de incorporação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>-</td> <td>87.973</td> <td>-</td> <td>87.973</td> </tr> <tr> <td>Dividendos e JCP a receber</td> <td>-</td> <td>3.987</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td>-</td> <td>72</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Impostos a recuperar</td> <td>-</td> <td>23.685</td> <td>-</td> <td>23.506</td> </tr> <tr> <td>Derivativos</td> <td>-</td> <td>77.728</td> <td>-</td> <td>77.728</td> </tr> <tr> <td>Outros créditos</td> <td>-</td> <td>8.997</td> <td>-</td> <td>8.997</td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>-</td> <td>1.746</td> <td>-</td> <td>1.746</td> </tr> <tr> <td>Baixas de AFAC em subsidiárias</td> <td>-</td> <td>2.858</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Investimentos em <i>joint ventures</i></td> <td>-</td> <td>125.772</td> <td>-</td> <td>125.772</td> </tr> <tr> <td>Baixa de investimentos em subsidiárias</td> <td>-</td> <td>4.990</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado líquido de depreciação</td> <td>-</td> <td>937.862</td> <td>-</td> <td>937.690</td> </tr> <tr> <td>Intangível líquido de amortização</td> <td>-</td> <td>75.583</td> <td>-</td> <td>75.583</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>-</td> <td>5.089</td> <td>-</td> <td>5.089</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>-</td> <td>190.222</td> <td>-</td> <td>190.222</td> </tr> <tr> <td>Impostos diferidos passivo</td> <td>-</td> <td>192.874</td> <td>-</td> <td>171.519</td> </tr> <tr> <td>Previdência privada</td> <td>-</td> <td>33.574</td> <td>-</td> <td>28.802</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | Controladora | | Consolidado | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Transações oriundas de incorporação: | | | | | Contas a receber | - | 87.973 | - | 87.973 | Dividendos e JCP a receber | - | 3.987 | - | - | Títulos e valores mobiliários | - | 72 | - | - | Impostos a recuperar | - | 23.685 | - | 23.506 | Derivativos | - | 77.728 | - | 77.728 | Outros créditos | - | 8.997 | - | 8.997 | Depósitos judiciais | - | 1.746 | - | 1.746 | Baixas de AFAC em subsidiárias | - | 2.858 | - | - | Investimentos em <i>joint ventures</i> | - | 125.772 | - | 125.772 | Baixa de investimentos em subsidiárias | - | 4.990 | - | - | Imobilizado líquido de depreciação | - | 937.862 | - | 937.690 | Intangível líquido de amortização | - | 75.583 | - | 75.583 | Fornecedores | - | 5.089 | - | 5.089 | Empréstimos e financiamentos | - | 190.222 | - | 190.222 | Impostos diferidos passivo | - | 192.874 | - | 171.519 | Previdência privada | - | 33.574 | - | 28.802 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transações oriundas de incorporação: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber | - | 87.973 | - | 87.973 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos e JCP a receber | - | 3.987 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | - | 72 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impostos a recuperar | - | 23.685 | - | 23.506 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Derivativos | - | 77.728 | - | 77.728 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros créditos | - | 8.997 | - | 8.997 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | - | 1.746 | - | 1.746 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Baixas de AFAC em subsidiárias | - | 2.858 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Investimentos em <i>joint ventures</i> | - | 125.772 | - | 125.772 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Baixa de investimentos em subsidiárias | - | 4.990 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imobilizado líquido de depreciação | - | 937.862 | - | 937.690 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Intangível líquido de amortização | - | 75.583 | - | 75.583 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | 5.089 | - | 5.089 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 190.222 | - | 190.222 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impostos diferidos passivo | - | 192.874 | - | 171.519 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Previdência privada | - | 33.574 | - | 28.802 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>33. COMPROMISSOS: Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Obrigações contratuais em 31/12/2021</th> <th>Duração</th> <th>Menos de 1 ano</th> <th>1-3 anos</th> <th>4-5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão</td> <td>31 anos</td> <td>98.102</td> <td>202.314</td> <td>211.525</td> <td>3.098.062</td> <td>3.610.003</td> </tr> <tr> <td>Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico</td> <td>31 anos</td> <td>51.715</td> <td>102.042</td> <td>99.589</td> <td>1.594.092</td> <td>1.847.438</td> </tr> <tr> <td>Projetos de construção de usina</td> <td>2 anos</td> <td>133.593</td> <td>72.787</td> <td>151</td> <td>-</td> <td>206.531</td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos e aluguéis</td> <td>29 anos</td> <td>26.537</td> <td>47.578</td> <td>42.629</td> <td>287.590</td> <td>404.334</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>309.947</td> <td>424.721</td> <td>353.895</td> <td>4.979.744</td> <td>6.068.306</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas.</p> | | | | | | | | | | Obrigações contratuais em 31/12/2021 | Duração | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total | Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | 31 anos | 98.102 | 202.314 | 211.525 | 3.098.062 | 3.610.003 | Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico | 31 anos | 51.715 | 102.042 | 99.589 | 1.594.092 | 1.847.438 | Projetos de construção de usina | 2 anos | 133.593 | 72.787 | 151 | - | 206.531 | Arrendamentos e aluguéis | 29 anos | 26.537 | 47.578 | 42.629 | 287.590 | 404.334 | Total | | 309.947 | 424.721 | 353.895 | 4.979.744 | 6.068.306 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Obrigações contratuais em 31/12/2021 | Duração | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | 31 anos | 98.102 | 202.314 | 211.525 | 3.098.062 | 3.610.003 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico | 31 anos | 51.715 | 102.042 | 99.589 | 1.594.092 | 1.847.438 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Projetos de construção de usina | 2 anos | 133.593 | 72.787 | 151 | - | 206.531 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arrendamentos e aluguéis | 29 anos | 26.537 | 47.578 | 42.629 | 287.590 | 404.334 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | 309.947 | 424.721 | 353.895 | 4.979.744 | 6.068.306 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Diretoria</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Xinjian Chen</th> <th>Yuehui Pan</th> <th>Francisco João Di Mase Galvão Junior</th> <th>Rodolfo Coli da Cunha</th> <th>Flavio Henrique Ribeiro</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Diretor Presidente</td> <td>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</td> <td>Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e Solar</td> <td>Diretor Regulatório e de Gestão de Energia</td> <td>Diretor Administrativo</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | Xinjian Chen | Yuehui Pan | Francisco João Di Mase Galvão Junior | Rodolfo Coli da Cunha | Flavio Henrique Ribeiro | Diretor Presidente | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e Solar | Diretor Regulatório e de Gestão de Energia | Diretor Administrativo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Xinjian Chen | Yuehui Pan | Francisco João Di Mase Galvão Junior | Rodolfo Coli da Cunha | Flavio Henrique Ribeiro | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diretor Presidente | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e Solar | Diretor Regulatório e de Gestão de Energia | Diretor Administrativo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Contabilidade</p> <p>Márcio Célio Porfírio Mendes - Coordenador de Serviços Contábeis - CT CRC 1SP251528/O-0</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Conselho de Administração</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Karin Regina Luchesi</th> <th>Futao Huang</th> <th>Yunwei Liu</th> <th>Eduardo dos Santos Soares</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Presidente</td> <td>Vice-presidente</td> <td>Conselheiros</td> <td>Conselheiros</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | Karin Regina Luchesi | Futao Huang | Yunwei Liu | Eduardo dos Santos Soares | Presidente | Vice-presidente | Conselheiros | Conselheiros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Karin Regina Luchesi | Futao Huang | Yunwei Liu | Eduardo dos Santos Soares | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Presidente | Vice-presidente | Conselheiros | Conselheiros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</p> <p>nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das receita, custos e despesas, comparando, quando disponível, com outras fontes externas, bem como a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Diretoria; (ii) o envolvimento de nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise da adequação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais, e nos efeitos sobre a base fiscal das reversões das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos tributos diferidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos ativo, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativo adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos: <i>Demonstração do valor adicionado:</i> As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. <p>Campinas, 10 de março de 2022</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p style="text-align: right;">ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP034519/O-6 José Antonio de Andrade Navarrete Contador - CRC-1SP198698/O-4</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

